

PADRE BERNARDO/ Após três desmoronamentos em pouco mais de cinco meses, população vizinha ao Aterro Ouro Verde sofre com o mau cheiro e as moscas. Especialistas alertam para o risco de doenças e de contaminação do meio ambiente

Moradores convivem com o lixo

» DAVI CRUZ
» LUIZ FELIPE ALVES

Mau cheiro, moscas e sensação de abandono. Essa é a rotina de quem vive próximo ao Aterro Ouro Verde, em Padre Bernardo, onde três deslizamentos de lixo ocorrem em pouco mais de cinco meses (veja Memória). Desde o primeiro desabamento, em 18 de junho, mais de 63 mil toneladas de lixo atingiram a região. Parte desse material contaminou o córrego Santa Bárbara. Por isso, o consumo de água do rio está proibido pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (Semad-GO).

A aposentada Ana Maria Soares, 62 anos, mora há mais de 15 anos no local e afirmou que nada mudou desde o primeiro desmoronamento. "O cheiro é o mesmo, o mosquito é o mesmo. Vivo dentro de casa, com tudo fechado, porque, se abrir a porta, não tenho paz", relatou. Maria contou que foi procurada apenas uma vez pela empresa responsável pelo aterro, a Ouro Verde de Construções e Incorporações Ltda. "Trouxeram um galão de água, e nunca mais voltaram", disse.

O último deslizamento ocorreu na madrugada de terça-feira. A principal hipótese é que ele tenha sido provocado pelas fortes chuvas que caíram na região. Mais uma vez o córrego Santa Bárbara foi atingido, mas a Semad ainda não calculou o tamanho do estrago. Técnicos da pasta realizam sobrevoos com drones no local para avaliar a quantidade de resíduos deslocados. "Diante desse novo episódio, podemos executar novos autos de infração. Estamos fazendo o levantamento completo", informou o gerente de Emergências Ambientais da Semad, major Sayron.

Sem previsão para a retirada das 300 mil toneladas de resíduos acumulados em quase uma década de

funcionamento, o aterro Ouro Verde segue instável e sob vigilância contínua da pasta. De acordo com Sayron, o cenário permanece crítico, mesmo após as ações iniciais de estabilização do maciço. "O que temos aqui é um passivo ambiental gigantesco", afirmou.

O lixo está embargado e impedido de receber resíduos desde 19 de junho. A Semad aponta que, embora parte do maciço tenha sido transferida para uma célula nova e impermeabilizada, cerca de 70% do material permanece na área original, que voltou a deslizar nesta semana. "Mesmo com a retirada de cerca de 30% do maciço antigo, ele continua instável", alertou Sayron.

Enquanto não há medidas efetivas para remover o lixo, a população sofre com o impacto dos deslizamentos. Neusa Maria da Vitoria, 53, relata que o último acidente intensificou o mau cheiro na região. "O fedor fica pior a cada dia. Ontem (terça-feira), quando desmoronou, ficou horrível. Parecia carniça. A gente gasta de R\$ 300 a R\$ 400 por mês com água mineral e repelente, mas não resolve. Não sei mais o que fazer", desabafou.

Condenada a retirar o lixo que desmoronou, a apresentar um Plano de Recuperação Ambiental da Área Degradada (PRAD) e a arcar com a reparação ambiental do local, entre outras medidas, a empresa Ouro Verde alegou que está realizando intervenções técnicas para a estabilização do local. A empresa alegou, ainda, que está monitorando o córrego Santa Bárbara, mas não deu detalhes sobre a qualidade da água.

Contaminação

Atingido duas vezes pelos resíduos sólidos, o córrego pode sofrer uma transformação bioquímica severa, como explica a engenheira ambiental Fernanda Martins,

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Neusa Maria reclama dos gastos com água mineral e repelente



Confira o vídeo
da reportagem
sobre o Aterro
Ouro Verde

carga de contaminação, inviabilizando o uso da água", ressaltou.

Devido ao nível de contaminação, a Semad mantém suspensas, por tempo indeterminado, as outorgas de captação de água no córrego Santa Bárbara e no rio do Sal, onde ele desagua, devido à persistência da contaminação. O órgão informou que aguarda o PRAD da empresa Ouro Verde para decidir se o lixo será estabilizado no próprio local ou removido para aterros licenciados, operação que, segundo o gerente de Emergências Ambientais da pasta, demandaria aproximadamente 2 mil viagens de caminhão.

Riscos à saúde

Os constantes deslizamentos de lixo no aterro podem trazer complicações para a saúde dos moradores. Segundo Jessica Ramos, infectologista do Hospital Sírio-Libanês, a população próxima ao local corre risco de exposição a microrganismos. "O contato direto ou indireto com o lixo

orgânico, chorume e poeira contaminada pode provocar doenças infecciosas, reações alérgicas, problemas respiratórios e intoxicações químicas", frisou.

De acordo com ela, o forte odor é proveniente da liberação de gases tóxicos e compostos voláteis, o que pode causar irritação nos olhos, nariz e garganta, assim como crises de asma, dor de cabeça, náusea e mal-estar. "A inalação prolongada pode piorar quadros respiratórios crônicos e impactar a qualidade de vida da população exposta", alertou.

A contaminação do solo e da água pelo chorume é outro ponto de atenção para a especialista. "Esse líquido contém bactérias, vírus, fungos e substâncias químicas tóxicas", comentou. Entre as doenças que podem ser causadas, ela citou as hepatites A e E, diarreias infecciosas e cólera; doenças parasitárias; e intoxicação química, incluindo por metais pesados.

Falhas jurídicas

O aterro Ouro Verde começou a funcionar em 2016, a partir de uma licença ambiental municipal concedida pela Prefeitura de Padre Bernardo à empresa Ouro Verde Construções e Incorporações Ltda. Órgãos ambientais consideraram o documento irregular, uma vez que foi emitido sem licenciamento ambiental e sem anuência federal, necessária pelo fato de o empreendimento estar na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto, unidade de conservação federal administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Em 2018, o órgão conseguiu embargar a operação do aterro, apontando riscos ambientais e ausência de requisitos técnicos obrigatórios, como sistema adequado de drenagem de chorume, impermeabilização e controle de gases. Mesmo assim, o empreendimento continuou

Memória

» 18 de junho de 2025 – Por volta das 9h30, cerca de 42 mil m³ de lixo deslizaram do aterro, atingindo o córrego Santa Bárbara e contaminando a água.

» 12 de novembro de 2025 – Cerca de 3 mil toneladas de resíduos deslizaram de uma "ilha antiga" de lixo, remanescente da estrutura anterior. Dessa vez, o córrego não foi diretamente atingido.

» 25 de novembro de 2025 – Um terceiro deslizamento atingiu novamente o córrego Santa Bárbara. Ainda não há estimativa da quantidade de resíduos deslocados.

operando e acumulando autuações, enquanto o processo de licenciamento estadual seguia pendente na Semad-GO, que posteriormente negou o pedido de regularização.

Após ações do Ministério Públíco Federal (MPF) e do Ministério Públíco de Goiás (MPGO) paralisarem as atividades no local, em 2023 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) concedeu uma liminar permitindo a continuidade da operação temporariamente, sob o argumento de que interromper abruptamente o serviço geraria risco sanitário e impacto social diante da falta de alternativas de destinação de resíduos.

A coordenadora da Área do Meio Ambiente e Consumidor do MPOG, Daniela Haun, salientou que o funcionamento do aterro não poderia continuar por conta de diversas infrações. "Ali é um local impróprio e inadequado para o funcionamento desses empreendimentos. Nunca existiu uma licença ambiental válida", assinalou.

SHELL APRESENTA:

PRÊMIO JK
CORREIO BRAZILIENSE

Mais do que um reconhecimento, o Prêmio JK Correio Braziliense nasce, em 2025, como um reconhecimento das personalidades que contribuíram para o desenvolvimento de Brasília.

SAVE THE DATE
09 • DEZEMBRO

PATROCÍNIO
MASTER:



REALIZAÇÃO:

CORREIO
BRAZILIENSE

APOIO:



FAENGE
EMPREENDIMENTOS

ADEM

CEB
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

SINDUSCON-DF